

As prateleiras imaginárias de nossas bibliotecas interiores¹ /

Les rayons imaginaires de nos bibliothèques intérieures²

*Brigitte Louichon**

Brigitte Louichon é professora de língua e literatura francesa na ESPE Languedoc-Roussillon da Universidade de Montpellier e membro do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em Didática, Educação e Formação (LIRDEF). Ela é especialista de didática da literatura.

Recebido em: 30 dez. 2021. **Aprovado** em: 10 fev. 2022.

Como citar esta tradução:

LOUICHON, Brigitte; As prateleiras imaginárias de nossas bibliotecas interiores. Tradução de FILHO, Emerson Patrício de Moraes. *Revista Letras Raras*. Campina Grande, v. 11, n. 1, p. 257-269, mar. 2022.

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8364242>

1 Introdução

A fórmula “Do corpus escolar à biblioteca interior” postula que a literatura escolar, a literatura ensinada, deve ser pensada em uma perspectiva de apropriação das obras pelo sujeito, notadamente escolar ou didática³, no entanto singular. Por essa razão, a expressão metafórica de “biblioteca interior” merece ser interrogada.

Bernard Lahire, a respeito da noção de “transmissão do capital cultural”, que faz parte do mesmo fenômeno da metáfora, escreve:

¹ Artigo publicado originalmente com o título “Les rayons imaginaires de nos bibliothèques intérieures”. / Traduzido por [Emerson Patrício de Moraes Filho](#), Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino, pela Universidade Federal de Campina Grande. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3401-4542>. Endereço eletrônico: epmf.fr@hotmail.com.

² Este texto foi publicado pela primeira vez em língua francesa por Brigitte Louichon, com o título: Les rayons imaginaires de nos bibliothèques intérieures. In: LOUICHON, B; ROUXEL, A. Du corpus scolaire à la bibliothèque intérieure, PU Rennes. n.1, 2010. Acesso em: 28 fev. 2022.

*

 brigitte.louichon@umontpellier.fr

³ Sobre essa questão – central –, cf. Daunay (2007) nas referências.

Os pesquisadores que falam de “interiorização da exterioridade” [...] nunca deram materialidade (pela descrição etnográfica e pela análise teórica) a essa dialética que exerce atualmente muito mais uma função retórica na economia conceitual das teorias [do social] e estratégica na oposição a outras teorias [do social], do que uma verdadeira função teórica visando construir objetos científicos (LAHIRE, 2001, p. 299)

Acredito que é necessário concordar que, quando falamos de “biblioteca interior”, nos encontramos na mesma situação. O uso da expressão desempenha um papel estratégico, pois ela permite integrar-se a uma teoria do sujeito-leitor. Ela também desempenha um papel retórico, na medida em que nos ajuda a dizer e a falar. A metáfora é um pré-conceito e, como tal, nos ajuda a pensar. No entanto, para isso, é necessário estar fundamentada. Assim, por exemplo, Pierre Bayard (2007), para pensar sobre a biblioteca interior, apoiou-se em um exemplo ficcional, *Le Troisième homme* (1950) [O Terceiro homem], romance de Graham Greene. De minha parte, confrontarei os usos da expressão. Em seguida, tentarei me apoiar na analogia em que a noção está fundada e, finalmente, proporei uma reflexão a partir dos testemunhos de grandes leitores. Assim, tentarei ver o benefício e os riscos que se podem ter em apreender a noção por essas abordagens, antes de formular a questão sob um ponto de vista especificamente didático.

2 Confrontar os usos

Essa primeira abordagem é totalmente aleatória. Ela se apoia em um levantamento de ocorrências que não pode, logicamente, visar à exaustividade, nem a exemplaridade, já que isso implicaria que o conceito já esteja fundado. Trata-se simplesmente de compilar algumas citações e interrogá-las quanto ao sentido que seus autores atribuem (de maneira mais ou menos clara) à expressão, que encontraremos sob três formas mais ou menos sinônimas: biblioteca interior, biblioteca mental e (apenas sob a pluma de Pierre Michon) biblioteca neuronal.

Para começar, encontro, em um pequeno artigo divertido a respeito do que pode pensar um doente na sala de espera de um médico: “várias situações cotidianas se encontram corroidas na biblioteca interior que cada um carrega consigo e das quais a escola forneceu as primeiras obras” (PLOQUIN, 2004).

Existiriam, portanto, as *obras*.

Na análise de um poema, o comentador escreve: “Esses dois termos são evidentemente muito diferentes e provêm de prateleiras muito distantes de nossa biblioteca mental” (BRIGGS, 1991).

Existiriam, portanto, as *palavras*.

Catherine Tauveron escreve: “A biblioteca do leitor, isto é, todas as histórias lidas que vêm convergir, sacudir, sobrepor, multiplicar-se no encontro” (TAUVERON, 2002, p. 42).

Existiriam, portanto, as *histórias*.

Em relação ao *incipit* de um romance: “O leitor deve se referir, na sua biblioteca interior, ao tipo de romance de amor que sempre começa por um encontro” (COUDREUSE, 1997).

Existiriam, portanto, os *tipos*, as categorias, as abstrações, os gêneros.

Pierre Michon afirma: “tudo o que eu conheço de cor [...] *A Lenda dos séculos* e *O Testamento* [de Villon] são textos que fazem parte do meu estoque interior: eles estão integralmente em mim, mais claros do que minhas próprias lembranças [...], é a minha biblioteca neuronal” (MICHON, 2007, p. 282).

Existiriam, portanto, os *textos* ou os fragmentos de textos.

Annie Rouxel argumenta que “a biblioteca mental” é “a memória literária” e que são “os ecos e as ressonâncias que a compõem” (ROUXEL, 2000, p. 75).

Existiriam, portanto, os *ecos*.

Malraux, em *L'Homme précaire et la littérature* (1977) [O Homem precário e a literatura], ao falar do trabalho de criação do escritor, mostra o quanto a dimensão intertextual é central: “A criação não é o preço de uma vitória do romancista sobre a vida, mas sobre o mundo da escrita do qual ele é habitado [...] O papel desempenhado pela biblioteca interior parece muito mais considerável do que o da atenção” (MALRAUX, 1977, p. 155). A biblioteca interior é, portanto, sinônima do “mundo escrito do qual ele é habitado”, mas não se sabe o que é esse mundo nem como ele habita no sujeito. No entanto, Malraux continua “e ainda mais quando o romancista começa a acrescentar seus livros, publicados ou não, aos do passado” (MALRAUX, 1977, p. 156).

Existiriam, portanto, também os *livros que escrevemos*.

Para Bernard Lahire, a biblioteca interior é um “conjunto de textos que nós lemos e que utilizamos a cada vez que queremos construir um objeto, argumentar uma posição ou resolver um problema” (LAHIRE, 2005).

Existiriam, portanto, os livros utilizados, úteis, *os livros dos quais nos servimos*.

O abade de Saint-Cyran (citado por Sainte-Beuve) escreve a Arnaud: “pois é necessário construir uma biblioteca interior e fazer passar pelo coração toda a ciência que se tem na mente, para fazê-la emergir, em seguida, e responder quando for do agrado de Deus” (SAINTE-BEUVE, 1860, p. 20).

Existiria, portanto, *tudo* (“toda a ciência”), contanto que esse *tudo* tenha “passado pelo coração”.

A coletânea de artigos de Brian Stock, *Bibliothèques intérieures* (2005) [Bibliotecas interiores], deve seu título ao editor. O autor não usa a expressão, mas a 4ª capa menciona que a biblioteca é “a configuração da vida do sujeito que se desdobra na literatura” (STOCK, 2005).

Existiria, portanto, o *sujeito*.

Além dessas ocorrências, encontrei duas definições da biblioteca interior. A primeira está em uma obra consagrada aos humanistas:

A noção de biblioteca interior [é] formada da biblioteca material [...] e também de livros lidos (que possuímos ou que não possuímos mais), e de obras das quais ouvimos falar ou das quais só retemos algum excerto ouvido durante uma conversa. Poderíamos até incluir nela os livros dos quais só conhecemos o título, que fazem sonhar e sobre os quais projetamos nossos desejos e nossos fantasmas (DIERKENS, 2002, p. 260).

Além de essa definição acrescentar ao conteúdo possível da biblioteca interior (os livros que lemos, os livros que possuímos, os livros dos quais ouvimos falar, os livros que nos fazem sonhar), ela entra em forte consonância com o livro de Pierre Bayard pelo qual terminarei.

Em *Comment parler des livres que l'on n'a pas lus?* (2007) [Como falar dos livros que não lemos?], o autor constrói uma dupla tipologia de livros e de bibliotecas e um sistema de afiliação entre os primeiros e os segundos (certos tipos de livros vão integrar certos tipos de bibliotecas). Pierre Bayard define, primeiramente, a biblioteca interior como sendo “o conjunto de livros sobre os quais uma personalidade se constrói e que organiza sua relação com os textos e com os outros” (BAYARD, 2007, p. 74). São “os livros marcantes de cada pessoa” (MANGUEL, 1998, p. 74), ou ainda “nossos livros secretos” (MANGUEL, 1998, p. 74), e também simplesmente “uma parte de nossa identidade” (MANGUEL, 1998, p. 75).

Pierre Bayard evoca, em seguida, o livro interior. É “um objeto interior ideal, um conjunto de representações míticas, individuais ou coletivas, que se interpõe entre o leitor e todo novo escrito e que molda a leitura sem que ele se dê conta [...], ele funciona como um filtro e determina

a recepção de novos textos” (BAYARD, 2007, p. 81). É “um objeto fantasmático do qual todo leitor vive em busca” (BAYARD, 2007, p. 83), um “sistema de recepção de outros textos” (BAYARD, 2007, p. 94) ou ainda:

O livro interior individual atua em nosso desejo de leitura, isto é, na maneira como procuramos e lemos os livros. Ele é esse objeto fantasmático do qual todo leitor vive em busca e de cujos melhores livros que ele encontrará em toda sua vida serão apenas fragmentos imperfeitos, incentivando-o a continuar lendo (BAYARD, 2007, p. 83).

Enfim, o autor estabelece uma relação entre os dois objetos: “o livro interior pertence à biblioteca interior”. No entanto, parece-me difícil estabelecer uma equivalência entre “os livros marcantes” da biblioteca interior e “o objeto fantasmático do qual todo leitor vive em busca”, que é o livro interior, exceto se considerarmos que, na biblioteca interior, existem livros marcantes, livros que nos constroem e nosso livro interior, tal como é definido por Pierre Bayard. É assim que eu proponho de ler a construção elaborada em *Como falar dos livros que não lemos?*

A partir desses diferentes usos, podemos extrair uma convergência: se os livros que lemos constituem a base, a partir da qual se constrói uma biblioteca interior, esta parece ser definida por subtração (há menos do que os livros lidos) e por adição (há mais do que os livros lidos). As palavras, as histórias lidas, os textos apreendidos para Pierre Michon não são necessariamente os livros lidos; os livros úteis ou os livros marcantes não são todos os textos lidos, ao mesmo tempo que os tipos ou os ecos ou os livros interiores são mais do que os livros lidos, pois eles resultam de suas relações, de suas comparações e são aderidos pelo leitor.

No entanto, é necessário admitir que esse levantamento de usos não é muito operacional. Primeiramente, porque ele apresenta uma série de sentidos dificilmente conciliáveis, mas também porque ele não historiciza a noção.

A “biblioteca interior” de um homem da antiguidade não tem muita relação com a do homem moderno. Os suportes de leitura, as modalidades de acesso aos textos, os desafios da atividade são radicalmente diferentes. A escassez dos manuscritos ou dos livros, que caracteriza os primórdios da história da leitura, induz práticas de memorização dos textos, que diferem radicalmente dos desafios que se pode atribuir a essa mesma prática atualmente. O homem da Antiguidade ou da Idade Média o interioriza porque é a única maneira de tê-los à disposição, de torná-los presentes. “As tábuas de cera da memória” (MANGUEL, 1998, p. 77), das quais falam

Cícero e Santo Agostinho, estabelecem uma analogia entre a memória e a escrita porque é um ou outro – a memória, *na falta* da escrita. Os modos de leitura, escolástica ou humanista, apesar de suas diferenças em termos de práticas e de relações com o texto, procedem de uma apropriação em profundidade das obras, servidas pelas releituras, pela memorização, pelas leituras em voz alta.

Assim, quando o historiador evoca as bibliotecas interiores dos humanistas e que ele inclui nelas os livros possuídos, bem como os livros lidos, é porque essas duas categorias se diferenciam pouco do ponto de vista de sua memorização e de seu uso. Assim, também, quando Saint-Cyran situa a biblioteca interior no coração, é porque ele deixa como uma evidência que a cabeça memorizou as obras. Se os leitores, de Santo Agostinho a Petrarca, são, como parece defender o livro de Brian Stock, *Bibliotecas interiores*, é porque a leitura é concebida como uma “prática espiritual, na qual se busca a apropriação subjetiva do texto para as necessidades da meditação e da disciplina interior” (STOCK, 2005, p. 83). Não se pode, evidentemente, concebê-la da mesma forma em uma época de leitura extensiva⁴.

O leitor de hoje não é um homem-biblioteca, que carregaria em si livros bem-organizados. Essa representação mítica parece, no entanto, obstinar o leitor moderno, a exemplo do que Alberto Manguel escreve:

Com o passar dos anos, minha memória se lembra cada vez menos das coisas e ela me parece como uma biblioteca empacotada: várias salas foram fechadas e nas que ainda estão abertas para consulta, existem, nas prateleiras grandes, espaços vazios. Eu pego um dos livros e percebo que várias páginas foram arrancadas por vândalos. Quanto mais minha memória se degrada, mais eu quero proteger esse acervo de minhas leituras, essa coleção de texturas, de vozes e de cheiros. A posse desses livros tornou-se para mim de suma importância, porque eu me tornei ciumento do passado (MANGUEL, 1998, p. 281).

Já que a biblioteca interior era historicamente o substituto da biblioteca material ausente e a memória o substituto dos livros ausentes, para Alberto Manguel, a biblioteca real torna-se o substituto da biblioteca interior, empacotada. Esse leitor, que pretendia ser um homem-biblioteca moderno, queria projetar a permanência da leitura intensiva sobre a labilidade que resulta necessariamente da riqueza e da variedade de uma prática extensiva da literatura.

⁴ Sobre a evolução das práticas de leitura, ler Cavallo e Chartier (2001), nas referências.

3 A analogia

Se o inventário dos usos é pouco esclarecedor, é porque ele deve estar inscrito em uma história do livro e da leitura. Podemos, portanto, buscar um apoio na analogia.

Se a questão é a maneira pela qual o sujeito constrói uma memória das obras, é tentador ir buscar no livro de Judith Schlanger, *La Mémoire des œuvres* (2008) [A memória das obras], que trata na realidade de uma história da memória das obras e questiona a maneira como as épocas constroem e fazem uso dessa memória. É tentador também pensar a construção da biblioteca interior sob o modelo da construção histórica das bibliotecas e poderíamos esperar ler uma história da biblioteca de Alexandria como modelo da construção da biblioteca interior do sujeito. Nos dois casos, no entanto – ou infelizmente⁵ –, confunde-se a filogênese com a ontogênese e se pratica uma forma de deriva analógica.

Isso posto, a perspectiva histórica permite remontar a fonte da analogia e de encontrar a homologia. A biblioteca de Alexandria foi, primeiramente, um espaço no qual se acumulavam pergaminhos. Rapidamente, foi necessário organizá-los. Christian Jacob, historiador de bibliotecas, explica que “a organização material e a classificação intelectual progrediram juntas” (JACOB, 2001, p. 65). Organizar os livros significa classificá-los (por gêneros, por versões de uma mesma obra, historicamente...), portanto, operar categorizações, e a necessidade de organizar materialmente implica trabalhos intelectuais (filológicos, quando constatamos a variedade de versões de uma obra, lexicológicos, enciclopédicos...). Assim, ele continua:

A biblioteca é, portanto, ao mesmo tempo um dispositivo mnemotécnico externalizado e internalizado, material e mental. O isomorfismo dos dois dispositivos permite se situar ao mesmo tempo na coleção de livros materiais e na dos livros lidos e memorizados. (JACOB, 2001, p. 67).

Remontar às origens permite compreender que a noção de biblioteca interior não é mera metáfora. Pelo fato de a biblioteca ser, ao mesmo tempo, material e intelectual, o sema “biblioteca” integra originalmente a dupla dimensão: exterior e interior. Se a biblioteca nasce do excesso material de livros, a biblioteca interior só existe pelo excesso de livros lidos.

⁵ Preciso ressaltar que tentei essas duas abordagens e que a experiência dessas leituras me levou a desistir?

4 Os testemunhos dos leitores

Para pensar a noção, um terceiro caminho parte da hipótese de que se o leitor possui uma biblioteca interior, existem também testemunhos sobre elas. Os escritores – grandes leitores – fornecem uma grande quantidade deles. Essa abordagem representa, entretanto, dois problemas. O primeiro consiste em saber até que ponto esses *corpora* podem ser usados para a reflexão sobre a constituição de uma biblioteca interior de um estudante. Acredito que esses testemunhos possam servir como modelos (no sentido teórico do termo) porque eles oferecem objetos dos quais podemos abstrair uma série de características generalizantes. Em outras palavras, não é porque procedem de grandes leitores que convêm ter prudência com esses testemunhos, mas porque são testemunhos, isto é, discursos. Os especialistas das ciências sociais nos previnem contra “o imperativo da coerência” (PERONI, 1988, p. 16), que todo testemunho de vida carrega, inclusive quando este é suscitado por um sociólogo, mesmo quando o narrador não é um escritor. Da mesma forma, a análise de memórias de leituras de estudantes do 6º ano, leitores de literatura, propostos por Luseti e Cesson (2007), apresenta os testemunhos coletados como “fragmentos de discursos autobiográficos que permitem a cada um de construir uma imagem de leitor, de se dizer, mas também de defender uma imagem de si face ao outro” (LUSETTI; CEYSSON, 2007, p. 224). Destarte, o discurso do escritor não é nem mais nem menos, que os outros discursos, suscetível a interpretações errôneas, bem como de ensinamentos. A reflexão que ele propicia deve se basear na noção de *ethos* discursivo: evocando suas práticas ou suas memórias de leitura, o leitor projeta, em seu discurso, uma imagem de si que impede de supor qualquer transparência absoluta desse discurso. Ao falar de suas leituras, o leitor-escritor fala muito mais da sua relação com a escrita; ao falar dos livros que leu, ele também fala dos livros que escreveu. Para um escritor, a evocação de memórias de leitura é um discurso constituinte⁶.

O segundo problema, no que concerne nossa pesquisa – a saber, a questão da definição da biblioteca interior –, decorre do fato que os testemunhos provêm quase exclusivamente da

⁶ O livro de Mazarine Pingeot, *Ils m'ont dit qui j'étais* (JULLIARD, 2003), apresenta um exemplo particularmente esclarecedor. Para a filha escondida de Mitterrand, a questão da identidade é, imaginamos, central. Mas, para essa questão de identidade para o próprio sujeito, que está mais ou menos implicada na escrita autobiográfica, se sobrepõe, de maneira exemplar, a questão da identidade para os outros. Para a autora, a evocação das memórias de leituras – dos livros que, como ela diz, “me fizeram ser o que eu sou, que me disseram quem eu era” (JULLIARD, 2003, p.9) – é tanto a maneira de se construir como um sujeito autônomo, deixar de ser simplesmente a filha de... quanto a forma de se apresentar como algo diferente de uma heroína de Paris-Match. Falando dos livros que ela leu, ou mais exatamente, escrevendo sobre esses livros, ela constrói uma imagem de escritora.

lembrança de leitura e que ela não pode ser confundida com a memória letrada do sujeito. Em outras palavras, elas permitem ver algo que é bem constitutivo de uma biblioteca interior, mas alguns não exclusivamente.

A análise dessas memórias permite identificar uma série de características constantes. Assim, a memória de leitura é essencialmente uma memória biográfica e decorre da memória episódica. Algo permanece de uma leitura que, por todos os tipos de razões, marcou o sujeito. Essa memória é, com menos frequência, uma memória dos textos, das obras, das histórias do que uma memória de si lendo. Nessa parte da biblioteca são, às vezes, os livros que encontramos, mas, enquanto objetos feitos de papel, dos quais não esquecemos nem a textura nem o cheiro. São livros que contam uma história, mas que é a do leitor, livros que faltam páginas, muitas páginas, e às vezes até o título, livros que não são feitos de palavras, mas de imagens, de sensações, de vozes, de emoções, livros dos quais o deslumbramento foi tanto que só restou, às vezes, o deslumbramento.

Essas lembranças provêm geralmente do que se pode nomear de evento de leitura. Um dia, em um dado lugar, para um sujeito, um livro tornado evento. Este pode ser de natureza muito variada: o encontro com um personagem que modifica a relação com o mundo, consigo mesmo, com os outros, uma língua que subverte, uma voz que se impõe, uma cena que choca, uma experiência de incompreensão, uma frase cujo o sentido só vem mais tarde, mas que já está lá...

Porém, esse evento advém sob um fundo que é, em parte, bibliográfico e, em parte, literário: é porque o leitor já encontrou personagens que o deixaram mais ou menos indiferente que, de repente, uma nova imagem toma uma dimensão única e memorável; é porque ele tem a prática da compreensão que a incompreensão se torna evento; é porque ela se destaca em um pano de fundo da linguagem que uma frase fica registrada... Para Georges-Arthur Goldschmidt, por exemplo, a primeira frase de *O Processo* (1925), de Franz Kafka, engendrou o evento: “Desde essa primeira frase, a leitura foi diferente de todas as outras, mais viva, mais vigilante do que de costume, com essa fé, essa certeza imediata de não ser apagada” (GOLDSCHMIDT, 2004, p. 67). Nessa lembrança de um evento de leitura fundador, é importante ressaltar que o autor diz também: todas as outras leituras, todas as outras primeiras frases que não tiveram esse poder de revelação, todas essas outras vezes, todo esse hábito, tudo isso permite essa leitura e essa reviravolta.

Conclusão

Se parece difícil utilizar da biblioteca como um conceito, posto que este não está teoricamente construído. No entanto, podemos tentar postular uma definição de uma biblioteca interior *didática*, isto é, tentar estabelecer uma noção que possa ser útil e operacional do ponto de vista do ensino e da formação. Nessa perspectiva, podemos avançar em duas frentes, estabelecendo o que ela é e o que ela não é.

Primeiramente, estabeleceremos que a biblioteca interior é de natureza dual. Ela contém lembranças de experiências de leitura e uma materialidade que permite viver essas experiências. Ela é constituída de um fundo e de obras privilegiadas. Encontramos nela prateleiras mais ou menos diferenciadas e vitrines nas quais ocupam os tesouros da biblioteca ou ainda expositores para as novidades que, rapidamente, integram o fundo. Se a lembrança de leitura pode ser enunciada, o fundo é muito mais complexo de ser caracterizado. Podemos, no entanto, dizer que ele não deve ser inerte:

Todos os livros lidos durante a noite, essas milhares de páginas das quais a maioria foram apagadas da memória, esses conhecimentos estocados sem que nos demos conta, escondido sob tantas camadas de esquecimento [...] esse magma de palavras efervescentes de ideias, de sentimentos, de conhecimentos de todo tipo (PENNAC, 2007, p. 103-104).

A ideia de uma biblioteca interior constituída de um “magma” me parece uma imagem bastante heurística. Ela evoca a ideia de uma matéria *necessária* à erupção, ao evento (de leitura) e *aguardando* a erupção.

A missão da escola seria, portanto, dupla: permitir aos alunos de viver experiências de leitura memoráveis e permitir a constituição de um fundo, que, este, não é dizível como tal. A vivência das experiências e a constituição do fundo são inextricavelmente ligadas por um vai e vem sistemático e uma porosidade absoluta.

Se a lembrança de leitura é essencialmente uma lembrança de si lendo, a lembrança de leitura escolar não é outra coisa senão uma lembrança de si lendo na escola, onde a escola, o professor e o coletivo ocupam um lugar determinante. Mais do que tudo, é a variedade de situações pedagógicas que permite a vivência de uma experiência, suscetível de permanecer na memória.

Quanto ao fundo, sua matéria é compósita: obras, textos, textos do leitor, fragmentos de textos e fragmentos de textos do leitor, discursos, saberes, categorias, emoções, imagens, tudo

se funde também, tudo se reorganiza a cada nova leitura, a cada novo discurso, a cada novo saber, às vezes esquecido como tal, mas que participam da sua necessária substância. Nessa perspectiva, lembrar-se que a biblioteca material é, historicamente, uma externalização de classificações intelectuais me parece um caminho pedagogicamente rico.

Em segundo lugar, podemos dizer o que ela não é. A perspectiva histórica me parece absolutamente necessária, já que a questão da memória – ou da memorização – tornou-se um fator ideológico e que a cultura humanista se tornou novamente um modelo⁷. Testemunho disso é o texto de Georges Steiner:

O recurso à escrita esfazela o poder da memória. O que está escrito, o que está estocado – como em um “banco de dados de nosso computador – não requer mais ser confiado à memória. Uma cultura oral é a da memória sempre reatualizada; um texto, ou uma cultura do livro, autoriza todas as formas de esquecimento. A distinção afeta o próprio coração da identidade humana e da *civilitas*. [...] A transmissão de mitologias fundadoras, textos sagrados através dos milênios, a possibilidade para um bardo ou um cantor de contar narrativas épicas muito longas sem qualquer suporte escrito atesta o potencial da memória, ao mesmo tempo em quem executa como em quem ouve. Saber “de cor” – que informações aqui desta locução – supõe apropriar-se de algo, para ser possuído pelo conteúdo do conhecimento em questão. Isso significa que o mito é permitido, a oração, o poema a se inserir e a florescer dentro de nós mesmos, enriquecendo e modificando nossa própria paisagem interior, ... A escrita prevalecendo e os livros facilitando um pouco as coisas, a grande arte mnemotécnica caiu no esquecimento. A educação moderna parece cada vez mais uma amnésia institucionalizada. Ela deixa vazio o espírito da criança de todo peso da referência vivida. Ela substitui o conhecimento decorado⁸, que também é um conhecimento do coração, esse caleidoscópio transitório de saberes sempre efêmeros. Ela encurta o tempo no instante e instila, até nos sonhos, esse magma de homogeneidade e de preguiça (STEINER, 2006, p. 15-17).

A condenação da escola, à qual Steiner se aplica, apoia-se, primeiramente, em um simples jogo de palavras. Passar “du savoir par cœur” [saber decorado] ao “saber do coração” permite uma reviravolta no anátema: escola moderna = saberes efêmeros, homogeneidade, preguiça. Mas ela se opera também por um salto argumentativo que é uma elipse cronológica, no mínimo, consequente. Parece-me necessário e urgente afirmar que o mito e a reza não são necessariamente os escritos de referência a partir dos quais deve-se pensar a relação do sujeito

⁷ A base comum (Bo nº 29 de 20 de julho de 2006) e os projetos de programas para o Ensino Fundamental 1 e Ensino Fundamental 2, na França. Nesses textos, a noção de “cultura humanista” é, muitas vezes, apenas uma espécie de concha vazia. Mas as palavras não são inocentes.

⁸ “savoir par cœur” em francês.

contemporâneo com a literatura; de lembrar que as modalidades e os desafios da leitura não têm mais a ver com o que eram no tempo de Platão, de Cícero, de Santo Agostinho ou mesmo de Petrarca; em resumo, de redizer aos que fingem esquecer que a imprensa foi inventada.

Querer basear a biblioteca interior dos estudantes de hoje na dos letrados da Renascença é uma aberração científica. Promover uma memória letrada idêntica a dos séculos passados não ajuda a pensar o ensino de hoje. Ela simplifica e oculta os desafios da leitura e da literatura. Além disso, como tal procedimento está evidentemente legado ao fracasso, se ela é proposta como modelo para pensar o ensino, ela só produzirá fracasso e exclusão. No entanto, são esses discursos que inervam uma prescrição institucional, falaciosamente nutrida pela nostalgia e que só é, propriamente dita, reacionária.

(Tradução: Emerson Patrício de Moraes Filho)

CRedit
Reconhecimentos: Não é aplicável.
Financiamento: Não é aplicável.
Conflitos de interesse: Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
Aprovação ética: Não é aplicável.
Contribuições dos autores: Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Aquisição de financiamento, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Recursos, Software, Supervisão, Validação, Visualização, Escrita - rascunho original, Escrita - revisão e edição: LOUICHON, Brigitte.

Referências

- BAYARD, P. Comment parler des livres que l'on n'a pas lus ? Minuit, Paradoxe, 2007, p. 65-75.
- BRIGGS, J. ; PEAT, E. D. Un miroir turbulent - Guide illustré de la théorie du chaos. InterEditions, 1991.
- CAVALLO, G.; CHARTIER, R. Histoire de la lecture dans le monde occidental. [Editions du Seuil, 1997], Le Seuil, collection « Points histoire », 2001.
- COUDREUSE, A. Le doigt dans l'engrenage: l'incipit d'Index de Camille Laurens. La licorne, Hors-série Colloques III, L'Incipit, 1997, p. 191-214.

- DAUNAY, B. Le sujet lecteur: une question pour la didactique du français. In. BISHOP M.-F. et ROUXEL A. (dir.) *Sujet lecteur, sujet scripteur, quels enjeux pour la didactique ? Le Français aujourd'hui*, n° 157, juin 2007, 43-52.
- DIERKENS, A. Les humanistes et leur bibliothèque: quelques considérations générales. In. DE SMET, R. (ed.) *Les Humanistes et leur bibliothèque*. Peeters – Leuven – Paris – Sterling, Peeters 2002, p. 260.
- GOLDSCHMIDT, G.-A. *Le Poing dans la bouche*. Verdier, 2004, p. 67.
- JACOB, C. Rassembler la mémoire. *Réflexions sur l'histoire des bibliothèques*. *Diogène* 2001/4, n°196, p. 65-67.
- LAHIRE, B. *L'Homme pluriel*. Armand Colin - Nathan 2001, Hachette Littératures, p. 299.
- LAHIRE, B. *Quel apport pour la sociologie?* (2005). Disponible em: http://www.scienceshumaines.com/index.php?lg=fr&id_article=14336. Acesso em 21 jun. 2008.
- LUSETTI, M.; CEYSSON, P. Figuration de lecteurs et « portraits » d'élèves de 6^e lecteurs de littérature: réception et souvenirs de lecture. In. LEBRUN, M.; ROUXEL, A.; VARGAS, C. (dir.) *La littérature et l'école – enjeux, résistances, perspectives*. Publications de l'Université de Provence : Aix-en-Provence, 2007, p. 224.
- MALRAUX, A. *L'Homme précaire et la littérature*. Gallimard, 1977, p. 155-156.
- MANGUEL, A. *Une Histoire de la lecture*. Actes Sud, 1998, p. 77.
- MICHON, P. *Le Roi vient quand il veut*. Albin Michel, 2007, p. 282.
- PENNAC, D. *Chagrin d'école*. Gallimard, 2007, p. 103-104.
- PERONI, M. *Histoires de lire – lecture et parcours biographique*. BIP, Centre Georges Pompidou, 1988, p. 16.
- PLOQUIN, F. *Médecin de papier*. *Le Français dans le monde*, n°331, Jan./fév. 2004.
- SCHLANGER, J. *La Mémoire des œuvres*. [1992], Verdier, 2008.
- STEINER, G. *Le Silence des livres*. Arlea, 2006, p. 15-17.
- STOCK, B. *Bibliothèques intérieures*. Grenoble, Million, 2005.
- TAUVERON, C. *Lire la littérature à l'école*. Hatier, 2002, p. 42.